



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

337^a Reunião Ordinária do CNAS

Ata da ordem do dia 09 e 10 de abril de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 337ª Reunião Ordinária do CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 09/04/2025 e 10/04/2025

1 Nos dias nove e dez de abril de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 337ª Reunião Ordinária do
2 CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo, Representante do Ministério
3 do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **ABERTURA:** O Sr.
4 Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo deu início à reunião após a verificação do quórum. Em
5 seguida, fez a leitura da pauta: Dia 09/04/2025 - 337ª Reunião Ordinária do CNAS 9h às 10h -
6 Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS; 10h às
7 10h15 - Aprovação da ata da 336ª Reunião Ordinária e da pauta da 337ª Reunião Ordinária do CNAS;
8 10h15 às 11h15 - Apresentação do Plano Nacional Pena Justa e seus desdobramentos Convidados: -
9 Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais do Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de
10 Assistência Social - SNAS; 11h15 às 12h15 - Relato da reunião da Comissão de Controle Social das
11 Deliberações das Conferências de Assistência Social. 14h às 15h30 - Relato da reunião da Comissão
12 Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social; 15h30 às 17h - Relato da reunião
13 da Presidência Ampliada do CNAS; 17h às 18h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento
14 de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. Dia 10/04/2025 - 337ª Reunião Ordinária
15 do CNAS 9h às 10h30 - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
16 Social; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social; 14h às 15h30
17 - Apresentação dos dados do aumento da população em situação de rua no bloco do G20. Convidados:
18 - Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro - MNPR/RJ - Secretaria Nacional de
19 Assistência Social - SNAS - Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único -
20 SAGICAD - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC; 15h30 às 16h30 - Relato da
21 reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; 16h30 às 17h30 Relato da reunião da
22 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 17h30 às 18h - Informes da
23 Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Logo
24 após, a Sra. Shirley de Lima Samico iniciou os trabalhos com esclarecimentos sobre o documento
25 intitulado "Caderno de Avaliação e Recomendações das Conferências de Assistência Social",

solicitando a ampliação da fonte para facilitar a leitura. Esclareceu que o material reúne os encaminhamentos das conferências e, ao confirmar a compreensão geral sobre o momento da conferência, apresentou a proposta de ações do CNAS junto aos Conselhos Estaduais. Informou que está prevista uma reunião específica com esses conselhos, a ser transmitida pelo YouTube, possibilitando o acompanhamento também pelos Conselhos Municipais. A Sra. Shirley de Lima Samico destacou que, especialmente para os municípios de pequeno porte, não é necessário realizar duas reuniões distintas. Orientou que se pode promover uma reunião ampliada com uma ou duas semanas de antecedência à conferência, com o objetivo de aprovar o regimento interno e realizar o momento de conferência, o que permitirá a sistematização prévia das propostas. Ressaltou que essa prática possibilita aos delegados comparecerem à conferência já familiarizados com os conteúdos e articulados com seus respectivos segmentos. Reforçou que essa orientação tem respaldo da Subcomissão Técnico-Científica e está presente no Informe nº 2, além de constar também nos documentos das conferências estaduais e nacional. Na continuidade, a Sra. Shirley de Lima Samico apresentou os pontos previstos para a pauta da reunião de maio, incluindo: a retomada do acompanhamento das deliberações da 13ª Conferência Nacional, com análise de status e definição de prioridades; o debate com a Profª Luzielle Tapajós sobre a metodologia de construção das deliberações; a avaliação do momento de conferência ocorrido na conferência anterior; a participação do convidado Sr. Carlos Nambu, de forma remota; e a avaliação da terceira live, com elaboração do roteiro da quarta. Também está prevista a apresentação das respostas às demandas de trabalho e contribuições dos convidados permanentes. A Sra. Shirley de Lima Samico propôs a leitura do relato da Comissão de Normas, dada sua brevidade. A proposta foi acolhida, e o Sr. Elias de Sousa Oliveira iniciou a apresentação. Informou que a reunião da Comissão de Normas foi realizada no dia 8 de abril, no período das 9h às 11h. No primeiro ponto da pauta, o Sr. Elias de Sousa Oliveira relatou que foram iniciadas as discussões para a atualização da Resolução nº 14/2014, que estabelece os parâmetros para a inscrição de entidades e organizações de assistência social. A comissão deliberou pela consulta ao Departamento de Regulação do Sistema Único de Assistência Social, DRSUAS, para o envio de uma nota técnica e minuta de resolução atualizada. Também foi decidido ouvir o programa Minéias e o Renda Brasil, conforme sugestão da Sra. Leila Pisato, que informou já haver um estudo consolidado sobre o tema, o qual será disponibilizado à comissão. O Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral questionou se haveria um roteiro ou grupo de trabalho específico para a condução da atualização da norma. O Sr. Elias de Sousa Oliveira respondeu afirmativamente, esclarecendo que

57 isso seria tratado posteriormente no relato. O Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, que
58 participou da elaboração original da Resolução nº 14 enquanto presidente do Conselho Municipal de
59 Assistência Social de São Paulo, colocou-se à disposição para contribuir, destacando a experiência
60 acumulada à época. Em seguida, o Sr. Elias de Sousa Oliveira abordou o segundo ponto da pauta: a
61 atualização das Resoluções nº 33 e 34/2011, que tratam, respectivamente, da integração ao mercado
62 de trabalho e da habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência. Foi deliberada a criação de um
63 Grupo de Trabalho, GT, para tratar das três resoluções – nº 33, nº 34 e nº 14 – com participação de
64 representantes das comissões e convidados externos. A primeira reunião do GT será uma escuta
65 qualificada com organizações da sociedade civil, trabalhadores e usuários, com possibilidade de
66 participação presencial e remota. A Sra. Márcia de Carvalho Rocha, representante da Federação
67 Nacional das APAEs, sugeriu que a análise das Resoluções nº 33 e nº 34 precedesse a da nº 14. O Sr.
68 Elias de Sousa Oliveira esclareceu que essa já era a ordem previamente definida pela comissão,
69 embora o relato tenha iniciado pela Resolução nº 14 por uma questão organizacional. O Sr. Thiago
70 Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral reforçou sua vivência na construção da norma e salientou como
71 essa experiência prática contribui para compreender as dificuldades enfrentadas no processo de
72 inscrição. O Sr. Elias de Sousa Oliveira acolheu sua manifestação e formalizou o convite à sua
73 participação. O relato seguiu com uma discussão sobre uma consulta feita pelo Conselho Municipal
74 de Assistência Social de Contagem, CMAS Contagem, relativa à possibilidade de trabalhadores
75 contratados por organizações da sociedade civil sem vínculo formal poderem representar o segmento
76 de trabalhadores no conselho municipal. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera concordou com a
77 resposta da Comissão de Normas, destacando que o foco da análise está na legitimidade da indicação
78 por meio do processo eleitoral da sociedade civil, conforme previsto na Resolução nº 6/2011. A Sra.
79 Jucileide Ferreira do Nascimento reforçou a importância de elaborar um informe orientador sobre
80 esse tipo de representação, considerando a proximidade das conferências e a relevância do tema para
81 o debate público. O Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral também expressou apoio à
82 resposta da Comissão, embora tenha destacado que a questão da competência da comissão para
83 responder à consulta deveria ser considerada. Ressaltou ainda a necessidade de debater, em momento
84 oportuno, a distinção entre relação de trabalho e de emprego, frequentemente confundidas, o que gera
85 interpretações equivocadas. O Sr. Clóvis Alberto Pereira explicou que a Comissão de Normas se ateu
86 à pergunta encaminhada e respondeu de forma objetiva, baseada no histórico apresentado pelo
87 conselho demandante. Destacou que, embora o tema tenha gerado inquietações legítimas, a comissão

88 entendeu que sua função era responder estritamente ao questionamento. A Sra. Andréia Fernandes
89 Teixeira declarou-se contemplada pelas falas anteriores. A presidência propôs ajustes no texto da
90 resposta, incluindo a citação à Resolução nº 6/2011, que define as organizações que podem indicar
91 representantes do segmento de trabalhadores. Também foi debatida a menção à Resolução nº 17, mas
92 decidiu-se pela exclusão, dado que esta trata de outro escopo normativo. Debateu-se ainda a redação
93 de um trecho específico da resposta, que poderia gerar confusão ao afirmar que o trabalhador não
94 poderia representar nem a entidade nem o governo. A presidência defendeu que não se deve excluir
95 a possibilidade de um trabalhador terceirizado representar o governo, desde que formalmente
96 indicado. A resposta foi ajustada para esclarecer que organizações sem natureza de entidade de
97 assistência social não podem indicar representantes. A Sra. Margareth Alves Dallaruvera defendeu
98 que a resposta final deveria conter um posicionamento crítico quanto à precarização dos vínculos de
99 trabalho, a fim de evitar a interpretação de que o CNAS estaria legitimando esse tipo de contratação.
100 Foi sugerido incluir uma frase afirmando que o Conselho reconhece a realidade de vínculos precários
101 nos municípios, mas segue comprometido com a luta por condições dignas de trabalho no Sistema
102 Único de Assistência Social, SUAS. A Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente propôs a elaboração de
103 uma nota técnica mais ampla, abordando de forma estruturada as diversas consultas recebidas sobre
104 o tema da representação dos trabalhadores com vínculos não convencionais. **Dia 09/04/2025 - Tarde:**
105 Sr. Elias de Sousa Oliveira deu início aos trabalhos, retomando a discussão interrompida por questões
106 técnicas de áudio. Em seguida, abordou a resposta à consulta do Conselho Municipal de Assistência
107 Social de Contagem sobre a inclusão de trabalhadores no segmento de trabalhadores sociais do
108 Sistema Único de Assistência Social, SUAS. Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, ao se
109 manifestar, fez sua autodescrição e destacou que a resposta proposta pela comissão já atendia à
110 consulta de forma adequada, sem necessidade de prolongamento da discussão, pois havia consenso
111 sobre sua legalidade. Sugeriu que a resposta fosse aprovada e que, posteriormente, fosse formada uma
112 nota técnica ou um grupo de trabalho para aprofundar o debate. Sra. Margareth Alves Dallaruvera
113 reforçou que o CNAS não apoia qualquer forma de precarização ou terceirização no Sistema Único
114 de Assistência Social (SUAS). Também sugeriu que a resposta fosse enviada ao Conselho Estadual
115 de Assistência Social de Minas Gerais, além de esclarecer que o e-mail sobre a consulta não foi
116 enviado pelo Conselho Municipal de Contagem, mas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
117 Sr. Elias de Sousa Oliveira, em sua fala, reafirmou que a comissão não defende formas de trabalho
118 que precarizem os profissionais do SUAS. Ressaltou a necessidade de garantir trabalho decente e

119 dignidade no setor, apesar de regulamentações que possam tratar de formas de trabalho precárias no
120 Brasil. O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson Tavares de Araújo, após ler os encaminhamentos,
121 explicou que a resposta proposta pela comissão estava em conformidade com a Resolução nº 6, de
122 2015, que permite a inclusão de trabalhadores indicados por processos eleitorais e organizações de
123 classe, como sindicatos. Além disso, determinou a elaboração de um informe sobre o tema, que seria
124 enviado ao Conselho Estadual de Minas Gerais e ao Conselho Municipal de Contagem. Não houve
125 objeções ou abstenções ao encaminhamento. Na sequência, Sr. Elias de Sousa Oliveira abordou os
126 Projetos de Decreto Legislativo nº 222, de 2024, e nº 223, de 2024, que buscam anular a Resolução
127 nº 151, de 2024, a qual exclui as comunidades terapêuticas e entidades voltadas ao atendimento de
128 dependentes químicos do rol de entidades que podem ser financiadas com recursos do SUAS. A
129 resposta técnica do Departamento de Regulação e Supervisão da Política de Assistência Social
130 (DRSP) foi lida, destacando que as referidas entidades nunca integraram o SUAS, e que a resolução
131 apenas reforça a exclusão dessas entidades do sistema. Após leitura e discussão, o Presidente Sr.
132 Edgilson Tavares de Araújo perguntou se havia consenso sobre o encaminhamento, e não houve
133 manifestações contrárias, sendo a resposta aprovada e o envio autorizado. A reunião seguiu com a
134 análise de outros pontos, incluindo a criação da Mesa Nacional de Negociação Permanente dos
135 SUAS. Sra. Andréia Fernandes Teixeira cobrou a inclusão do tema na agenda da Comissão de
136 Normas, lembrando que a demanda havia sido discutida em fevereiro, mas não havia avançado nas
137 reuniões seguintes. Sra. Margareth Alves Dallaruvera também reforçou a urgência da instalação da
138 mesa, devido à precarização das condições de trabalho dos profissionais do SUAS. Sr. Elias de Sousa
139 Oliveira explicou que o tema não havia sido formalmente encaminhado à comissão e que, assim que
140 fosse, seria incluído na agenda. Em seguida, o Presidente do CNAS, Sr. Edgilson Tavares de Araújo,
141 leu a memória da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência
142 Social, que ocorreu em 10 de março. Foi informado que seriam feitas atualizações no Informe nº 2,
143 relacionadas à implementação das cotas, conforme a Resolução nº 187, de 2025. Também foram
144 atualizados os quadros de delegados e as justificativas para não preenchimento das vagas por cotas.
145 Após discussão, todos concordaram com as alterações, que foram aprovadas por unanimidade. A
146 proposta de realizar uma live sobre deliberações e moções também foi discutida. Sra. Shirley de Lima
147 Samico explicou que a Comissão de Deliberações já havia acolhido a ideia, com a participação de
148 especialistas para oferecer orientações sobre como elaborar deliberações e moções eficazes. Sra.
149 Margareth Alves Dallaruvera esclareceu que a live seria focada nos aspectos técnicos da redação das

150 propostas, e todos concordaram com a realização da atividade. Quanto à programação da 14ª
151 Conferência Nacional de Assistência Social, a Subcomissão Técnica apresentou uma proposta
152 preliminar, que foi detalhada pelo Sr. Edgilson Tavares de Araújo. A programação inclui atividades
153 como credenciamento, mesas de conjuntura, grupos de trabalho e a entrega do Prêmio Simone
154 Albuquerque. A proposta de estrutura foi aprovada, e Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral
155 questionou sobre o formato do prêmio, que, segundo o Presidente, será aprimorado com o apoio de
156 instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Escola Nacional de
157 Administração Pública (ENAP). Sr. Rafael manifestou preocupação com a ausência de representação
158 dos usuários na mesa de abertura, sugerindo que a voz dos usuários fosse destacada desde o início da
159 conferência. O Presidente Sr. Edgilson Tavares de Araújo respondeu que, na conferência anterior, a
160 representação foi devidamente respeitada, e que os usuários foram ouvidos. Sr. Elias de Sousa
161 Oliveira pediu que a metodologia da conferência evitasse sobreposição de atividades, um erro
162 identificado na edição anterior. O Presidente Sr. Edgilson Tavares de Araújo concordou, prometendo
163 melhorar a organização para a conferência seguinte. Por fim, Sra. Solange Bueno sugeriu que a
164 abertura da conferência tivesse um tom mais cultural e descontraído, enquanto os membros do
165 conselho destacaram a necessidade de alinhar os horários das atividades com as refeições para evitar
166 desorganização logística. A reunião foi encerrada com a aprovação dos encaminhamentos e a garantia
167 de que os ajustes e discussões continuam em andamento. Na reunião, Sr. Regis Aparecido Andrade
168 Spindola destacou a necessidade de flexibilizar a exigência de realização das conferências em três
169 turnos para municípios de pequeno porte (PP1), que enfrentam dificuldades em termos de
170 infraestrutura, espaço e recursos financeiros. Argumentou que a realização das conferências em
171 escolas públicas nesses municípios, muitas vezes com limitações logísticas, poderia ser prejudicada
172 pela exigência dos três turnos, impactando negativamente a participação desses municípios. Em
173 resposta, foi sugerido que os municípios de pequeno porte pudessem realizar as conferências em dois
174 turnos, mantendo a qualidade das discussões. A proposta foi amplamente aceita, com a possibilidade
175 de ajustes conforme necessário. Outro tema abordado foi a revisão do Informe nº 6, visando reduzir
176 repetições e melhorar a objetividade do documento, o que resultou na remoção de partes repetitivas
177 e um texto mais direto e conciso. A proposta de deliberação sobre as conferências municipais foi
178 colocada para votação, com a aprovação unânime após ajustes sugeridos. A questão da exigência de
179 assinaturas nos documentos das conferências municipais também foi discutida. Sr. Regis Aparecido
180 Andrade Spindola sugeriu a remoção dessa exigência, uma vez que os documentos passariam por um

processo de validação antes do encaminhamento à conferência estadual. Após debate, ficou decidido que a assinatura seria necessária apenas no envio final das propostas à conferência estadual. Além disso, foi discutida a organização da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, incluindo a locação do Centro de Convenções Ulisses Guimarães e a definição dos espaços para as atividades. A Subcomissão de Apoio Administrativo analisou aspectos como alimentação, levando em consideração restrições alimentares e viabilidade de incluir food trucks e cozinhas solidárias. A realização de atividades culturais também foi mencionada, com uma proposta de substituir o coquetel por um jantar devido ao alto custo. A Comissão Executiva foi encarregada de revisar o número de refeições necessárias para reduzir os custos. A Subcomissão também abordou a questão das conferências municipais, especialmente para os municípios de pequeno porte (PP1 e PP2), propondo que essas conferências ocorram em dois turnos, com a manhã dedicada ao credenciamento e atividades de abertura e a tarde para debates e a plenária final. A proposta foi aprovada por unanimidade, com 15 votos favoráveis. Foi marcada uma reunião da Subcomissão para o dia 24 de abril de forma online. Além disso, foi discutida a organização das reuniões para definir o quantitativo de participantes da 14ª Conferência, com a distribuição de vagas para delegados, acompanhantes, convidados e observadores, respeitando critérios regionais. A Comissão também aprovou o planejamento de vídeos curtos e cartas sobre o processo conferencial, com gravações de vídeos abordando temas específicos da conferência. A comunicação sobre o evento foi destacada como fundamental para o sucesso do evento, e a Secretaria de Comunicação (SECOM) foi solicitada a apresentar o plano de comunicação na próxima reunião. Outro ponto relevante foi o uso inadequado da logomarca da 14ª Conferência, sendo decidida a emissão de uma nota de posicionamento e possível notificação extrajudicial às empresas que estivessem fazendo uso indevido da marca. A Comissão também tratou de outras demandas, como a resposta ao Conselho Municipal de Assistência Social de Betim e o planejamento da reunião virtual com os Conselhos Estaduais e Municipais para esclarecer dúvidas sobre o processo conferencial. Por fim, foi discutido o planejamento da Subcomissão de Comunicação, a necessidade de atualizar materiais no site do CNAS e o andamento do Censo SUS, com a criação de conteúdos acessíveis e apoio de universidades e entidades. A reunião foi encerrada com a aprovação de diversos encaminhamentos e a definição da pauta para a próxima reunião, destacando a importância da participação dos conselhos municipais de pequeno porte nas discussões.

Dia 10/04/2025 - Manhã: O Sr. Edgilson Tavares de Araújo agradeceu a presença de todos e destacou a relevância da pauta, cujo tema inicial foi a apresentação de dados sobre o crescimento da população

em situação de rua nos países do G20 — grupo que reúne as 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana. Após o chamamento dos presentes, o Sr. Flávio Lino dos Santos apresentou dados referentes ao período de 2022 a 2023, revelando um cenário alarmante nos países do G20. Segundo ele, os Estados Unidos lideram com mais de 580 mil pessoas em situação de rua, seguidos pela China, com mais de 2,5 milhões, e pelo Brasil, que apresentou um crescimento de 280 mil para 327 mil pessoas em 2025. Estima-se que, ao todo, mais de 6,8 milhões de pessoas estejam nessa condição nos países do grupo. Durante sua fala, o Sr. Flávio Lino dos Santos compartilhou sua trajetória de vida, marcada pela experiência nas ruas dos 12 aos 16 anos, e seu engajamento atual na defesa dos direitos humanos. Destacou as desigualdades entre os países do Norte e do Sul Global e apresentou exemplos de legislações e políticas públicas adotadas em países como Estados Unidos, Reino Unido e Brasil. Enfatizou a necessidade de uma abordagem robusta e integrada para a promoção dos direitos e da dignidade das pessoas em situação de rua. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo, Presidente, agradeceu a contribuição do Sr. Flávio Lino dos Santos, ressaltando a importância das informações apresentadas para subsidiar políticas públicas mais eficazes. O relatório incluiu também experiências internacionais, como a da África do Sul, cuja Política Nacional de Inclusão Social de 2021 busca reintegrar essas pessoas à sociedade mediante a oferta de abrigos e serviços de reabilitação. O Sr. Flávio Lino dos Santos destacou que, nos países do Norte Global, as políticas públicas costumam ser mais estruturadas e consolidadas, enquanto nos países do Sul Global há maior fragmentação e escassez de recursos. Apontou um crescimento expressivo da população em situação de rua entre 2019 e 2023 nos seguintes países: Estados Unidos (30%), Reino Unido (35%), Alemanha (25%), Brasil (40%), Índia (50%), África do Sul (55%) e México (45%). Acrescentou ainda a complexidade da situação dos refugiados, com mais de 43 milhões de pessoas sob proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2023, muitos deles sem acesso à moradia. Questões de desigualdade de gênero, etnia e deficiência também foram abordadas, com destaque para o perfil racial predominante dessa população nos Estados Unidos e no Brasil. O expositor enfatizou a vulnerabilidade de mulheres, crianças, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Entre as recomendações, o Sr. Flávio Lino dos Santos propôs a atualização de legislações e programas, como o Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua no Brasil, além de sugerir maior articulação entre os países do G20 para a promoção de políticas públicas inclusivas e sustentáveis. Finalizou com um apelo por uma mobilização internacional que reconheça a pobreza e a falta de moradia como questões humanitárias urgentes.

243 Durante os comentários, diversos conselheiros elogiaram a exposição. A Sra. Solange Bueno
244 ressaltou o desperdício de talentos causado pela exclusão social e educacional, defendendo maior
245 visibilidade e garantia de direitos. A Sra. Aline Alveriz parabenizou o expositor e destacou a relação
246 entre o avanço do neoliberalismo e o crescimento da pobreza, citando o Plano Ruas Visíveis e ações
247 voltadas para crianças e adolescentes. A Sra. Raquel Freitas elogiou a profundidade e sensibilidade
248 da apresentação e sugeriu o fortalecimento da articulação entre o movimento social e o poder público
249 para utilização dos dados em políticas públicas. O Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral
250 enfatizou a centralidade dos dados comparativos e chamou atenção para o impacto político-eleitoral
251 da população em situação de rua, que frequentemente é invisibilizada. A Sra. Eutália Barbosa
252 Rodrigues Naves finalizou as falas destacando a responsabilidade do sistema capitalista na
253 perpetuação da desigualdade, afirmando que a pobreza é resultado de um sistema excludente e
254 concentrador de renda. Em seguida, a diretora do Programa Bolsa Família compartilhou reflexões
255 sobre os desafios de inclusão de mulheres e crianças em situação de rua nas políticas de transferência
256 de renda, apontando avanços no Cadastro Único e no acesso ao benefício, mas reforçando a
257 necessidade de integração com serviços de acolhimento e proteção. O Sr. Flávio Lino dos Santos
258 defendeu a inclusão do tema em seminário no Congresso da População em Situação de Rua, cobrando
259 maior participação da própria população no Plano Ruas Visíveis. Ressaltou que, sem escuta ativa, os
260 planos correm o risco de se tornarem ineficazes. Sugeriu que o CNAS atue como agente disseminador
261 de informação para conscientizar a sociedade e gestores públicos sobre as violências enfrentadas por
262 essa população. A reunião foi encerrada com reconhecimento unânime da urgência de ações
263 intersetoriais e efetivas para garantir a dignidade, a justiça social e a equidade para a população em
264 situação de rua. **Dia 10/04/2025 - Tarde:** A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez sugeriu dar início à
265 comissão de financiamento, apesar da ausência de um convidado importante. Propôs começar o relato
266 e, assim que o convidado chegasse, concluir a discussão. A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez iniciou o
267 relato sobre a execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS,
268 no primeiro trimestre de 2025. Explicou que, devido à não sanção da Lei Orçamentária de 2025, o
269 FNAS ainda operava com os valores previstos no Projeto de Lei, e que a execução estava sendo
270 realizada no regime de caixa. Sra. Aldenora Gomes Gonzalez também mencionou ajustes no
271 orçamento, que inicialmente era de 120 bilhões de reais, mas após modificações legislativas,
272 aumentou para 122 bilhões de reais. A Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro apresentou os quadros
273 detalhados da execução orçamentária, explicando que, apesar de o orçamento não ter sido sancionado,

o FNAS estava operando com os valores previstos no Projeto de Lei. Detalhou os valores alocados para diferentes ações, como 350 milhões de reais para a Primeira Infância no SUAS e 1 bilhão de reais para a Proteção Social Básica. Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro também destacou que, devido à pendência na aprovação da Lei Orçamentária, os pagamentos estavam sendo feitos no regime de caixa. Entre janeiro e março de 2025, foram pagos 187 milhões para a Proteção Social Básica e 33 milhões para a Alta Complexidade. A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez abordou, então, o corte orçamentário de 500 mil reais na ação orçamentária do Conselho Nacional de Assistência Social, alertando sobre os possíveis impactos. Sugeriu redirecionar parte do orçamento da Conferência Nacional para garantir a manutenção do Conselho, que seria afetado pela redução. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo reforçou a necessidade de o Conselho continuar funcionando, embora os estados e municípios fossem responsáveis pelas passagens dos delegados para a Conferência Nacional. A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez também mencionou que a previsão de 12 milhões para a Conferência foi reduzida para 11 milhões devido aos cortes, e que seria necessário buscar patrocínios para cobrir parte dos custos. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo destacou a importância de garantir os patrocínios para o sucesso da Conferência e para a continuidade das atividades do Conselho. A Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento fez uma pergunta sobre o programa Capacita-SUAS, questionando se ainda havia recursos para sua execução. Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro explicou que a tabela apresentada resumiu os pagamentos realizados no primeiro trimestre e que o detalhamento completo dos programas estava disponível na nota técnica. Também destacou que o IGD SUAS estava sendo pago com o orçamento anterior, especificamente para os IANOMAMES, uma vez que não houve novo orçamento para este ano. Sra. Bruna Angélica Silva Ribeiro finalizou a explicação com informações sobre outros programas, como o BPC na Escola, a Primeira Infância no SUAS e os programas voltados para os imigrantes, confirmando que todos os detalhes estavam na nota técnica. A reunião seguiu com a apresentação do relatório de execução orçamentária e financeira do FNAS, que foi lido e colocado em votação. Com 18 votos a favor, o relatório foi aprovado. Passou-se a palavra para Sra. Mayessi Parizi iniciou sua apresentação destacando a relevância do Conselho Nacional de Assistência Social no plano de enfrentamento ao estado de coisas inconstitucional nas prisões no Brasil. Explicou que, em 2015, o PSOL provocou o Supremo Tribunal Federal, STF, sobre as condições das prisões, e que, em 2023, o STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional, resultando na criação de um plano nacional para lidar com essa situação. O plano, lançado em fevereiro de 2025, inclui medidas de intervenção nas prisões, com foco na melhoria das condições, prevenção da tortura e integração

305 das políticas de alternativas penais. Sra. Mayessi Parizi detalhou a estrutura do plano, que se divide
306 em quatro eixos: controle da entrada no sistema prisional, melhorias nas condições dentro das prisões,
307 reintegração social dos egressos e políticas para evitar a repetição do estado de coisas
308 inconstitucional. Ressaltou a importância do trabalho interinstitucional, incluindo a colaboração com
309 o Ministério da Assistência Social e outras entidades, e mencionou que a população carcerária é
310 predominantemente composta por jovens negros, com o racismo institucional sendo um dos pilares
311 do plano. A Sra. Mayessi Parizi agradeceu a colaboração de diversos ministérios e entidades no
312 processo de elaboração do plano, que contou com a contribuição de mais de 7 mil pessoas e
313 instituições. Também informou que os estados devem elaborar seus próprios planos estaduais em
314 alinhamento com o plano nacional, com expectativa de entrega desses planos em seis meses. Foi
315 elaborado um conjunto de documentos orientadores, incluindo um caderno e um resumo executivo,
316 para oferecer suporte técnico aos estados na criação dos planos estaduais. Além disso, foram
317 formados comitês de políticas penais em cada estado, com câmaras temáticas para discussões
318 específicas. O processo de sistematização prevê que esses planos sejam entregues ao final do sexto
319 mês, e os comitês estaduais serão responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dos planos
320 ao longo de três anos. O Comitê Interinstitucional, composto pelo Conselho Nacional de Justiça e
321 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, se reúne semanalmente para apoiar os estados. Os
322 comitês estaduais também deverão manter diálogo contínuo com o STF, governança nacional e
323 sociedade civil, por meio de audiências públicas e painéis de transparência. A conselheira Sra.
324 Solange Bueno destacou a importância de atuar no processo de reintegração social, ressaltando a
325 necessidade de um acompanhamento mais estratégico e inclusivo para os ex-detentos, especialmente
326 aqueles em situação de prisão. O conselheiro Sr. Rafael Machado elogiou o plano, enfatizando a
327 relevância de um olhar humanizado sobre a população vulnerável, como os usuários de rua, sugerindo
328 ainda um diálogo com os comitês para integrar a experiência de Salvador, que realiza um mapeamento
329 sobre a saúde dos presos, focando em doenças como tuberculose e doenças sexualmente
330 transmissíveis. A conselheira Sra. Margareth Alves Dallaruvera parabenizou a iniciativa e questionou
331 sobre a situação das mulheres no sistema prisional, especialmente no que tange à maternidade e à
332 privação de liberdade das crianças nascidas nas prisões. A Sra. Márcia de Carvalho Rocha abordou o
333 racismo estrutural e institucional no sistema penal, mencionando a importância de combater a
334 criminalização da pobreza e da vulnerabilidade social, além de questionar sobre as equipes
335 multiprofissionais nas unidades prisionais. O conselheiro Sr. Elias de Sousa Oliveira mencionou a

336 importância das equipes multiprofissionais e sua interação com a assistência social nos territórios,
337 sugerindo uma análise mais profunda sobre o impacto do encarceramento nas populações vulneráveis,
338 como as de rua e os jovens. O Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão trouxe uma reflexão
339 sobre o "abolicionismo penal" e como a lógica punitiva marginaliza ainda mais as populações
340 vulneráveis, propondo uma discussão sobre mudanças na forma de punição na sociedade brasileira.
341 Sra. Gladza concluiu destacando que as articulações nos estados estão alinhadas com as prerrogativas
342 da política de assistência, mas que ainda existem desafios a serem superados, especialmente com a
343 população em situação de rua e o encarceramento dessa população. Ressaltou a importância de
344 fortalecer a participação nos comitês estaduais e municipais para garantir a continuidade da
345 implementação do plano e a qualificação dos serviços de assistência social. O Sr. André Yosan
346 mencionou a experiência do projeto Corra, que já trabalha com a Justiça para evitar o
347 superencarceramento, e questionou sobre a inclusão de estratégias para fortalecer as audiências de
348 custódia de forma mais humanizada e com acompanhamento contínuo. O Sr. Thiago Szolnoky de
349 Barbosa Ferreira Cabral, respondeu, destacando a dificuldade de comunicar a mudança de paradigma
350 iniciada em 2025, e enfatizou que o plano busca distanciar a execução penal da perspectiva punitiva,
351 promovendo uma abordagem mais eficiente e humanizada. O plano também inclui a Política Nacional
352 de Atenção à Pessoa Egressa, que visa a construção de planos individuais de saída para os detentos,
353 com um enfoque multidisciplinar e de apoio às famílias, além da criação de redes de apoio para os
354 egressos. O plano abordou a exclusão do sistema socioeducativo, focando especificamente no
355 contexto penitenciário, sem tratar de medidas para crianças e adolescentes. Em relação às audiências
356 de custódia, foram destacadas ações para qualificar os fluxos, prevenir torturas e incorporar o Serviço
357 APEC, Atendimento à Pessoa Custodiada, inspirado no modelo "Corro Pro Abraço" da Bahia. Este
358 serviço tem como objetivo fornecer acompanhamento às pessoas antes e depois da audiência,
359 identificando vulnerabilidades e propondo alternativas à prisão. A implementação do APEC está
360 sendo realizada em 22 estados, com destaque para a urgência de sua adoção nos estados do Rio de
361 Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que concentram 51% da população carcerária. O objetivo é
362 garantir um acompanhamento eficaz durante as audiências, prevenindo a reincidência criminal antes
363 da decisão judicial. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo, agradeceu pelo compartilhamento das
364 informações e destacou a continuidade das discussões necessárias. O monitoramento do Plano
365 Plurianual, PPA, 2024-2027 foi abordado, com foco no Sistema Único de Assistência Social, SUAS,
366 e o Sr. Ricardo de Santana Marques, explicou que o processo contínuo de avaliação das metas e ações

367 visa garantir a boa aplicação dos recursos. A nota técnica sobre a utilização de recursos para o
368 processo conferencial foi atualizada, ampliando as possibilidades de uso para além dos recursos do
369 IGD-PBF e IGD-SUAS, incluindo emendas parlamentares e serviços municipais, e visando aumentar
370 a participação da sociedade civil nas conferências estaduais. Foi proposto que a nota técnica fosse
371 amplamente divulgada, com um ofício assinado pelo diretor do Fundo Nacional de Assistência Social
372 e o presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, para assegurar a implementação
373 eficaz das diretrizes. A discussão também incluiu o encaminhamento de informações para conselhos
374 estaduais, garantindo o acesso às informações por todos os conselheiros municipais. A capacitação
375 dos conselheiros do CNAS, prevista para 6 de maio, foi debatida, com a inclusão de membros
376 externos e a autorização de passagens aéreas para conselheiros. Problemas recorrentes com passagens
377 aéreas foram discutidos, com conselheiros relatando dificuldades como preços mais altos e atrasos.
378 Foi sugerido que todos os conselheiros enviassem seus relatos à Secretaria Executiva, que
379 consolidaria as informações em um único documento a ser enviado ao setor de passagens para a
380 organização de uma reunião específica. A proposta de nomear a capacitação sobre gestão
381 orçamentária e financeira como "Primeira Capacitação sobre Gestão Orçamentária e Financeira para
382 Conselheiros Nacionais de Assistência Social" foi aprovada. A reunião conjunta da Comissão de
383 Política de Assistência Social e da Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência Social,
384 marcada para maio, terá como pauta a apreciação do relatório semestral do Programa de
385 Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único. Também foi definida a agenda de
386 maio de 2025, que inclui a elaboração de uma cartilha sobre orçamentos no SUAS, a apresentação de
387 uma explicativa da ação 8.2.49 e a análise da Lei Orçamentária Anual de 2025. O relatório da
388 Comissão de Benefícios, que propunha mudanças na minuta de resolução sobre benefícios eventuais,
389 foi aprovado, com a recomendação de reorganizar a agenda das reuniões para permitir mais tempo
390 para discussão desses temas. Foi aprovada a memória da reunião extraordinária de 25 de março, que
391 tratou da revisão e qualificação da resolução sobre benefícios eventuais. A minuta de resolução será
392 apreciada em maio, juntamente com um parecer técnico da consultoria jurídica. A atualização do
393 Código de Ética do CNAS também foi discutida, com a definição de um grupo de trabalho, GT, para
394 coordenar as ações, com reuniões públicas e a possibilidade de prorrogação da duração do grupo. A
395 resolução sobre a prorrogação do GT Sul sem Racismo foi aprovada por unanimidade. Além disso,
396 foi sugerido incluir na pauta uma proposta para a reavaliação do artigo sobre a segurança de renda na
397 resolução nº 15, especialmente em relação à conta do índice de gestão do Bolsa Família. A Sra.

398 Solange Bueno defendeu a manutenção do artigo sem alterações, destacando a importância de garantir
399 os recursos para os municípios. A Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves propôs um debate mais
400 aprofundado sobre as implicações da separação do recurso e os passos necessários para implementar
401 a mudança. Foi sugerido que a resolução fosse discutida novamente no próximo plenário, com um
402 foco mais claro sobre o percentual destinado ao controle social. O Sr. Edgilson Tavares de Araújo
403 sugeriu que as discussões sobre a resolução e as ponderações da SENAR fossem retomadas de forma
404 mais detalhada para garantir uma avaliação clara das melhores formas de proceder. Também propôs
405 a criação de uma reunião preparatória antes do próximo plenário para discutir os detalhes da resolução
406 e alcançar um consenso claro sobre o texto. **ENCERRAMENTO:** Após os agradecimentos finais, o
407 Sr. Conselheiro Edgilson Tavares de Araújo declarou encerrada a Reunião.

409 **Edgilson Tavares de Araújo**

410 **Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à**
411 **Fome**

412
413 Brasília/DF

414 Abril de 2025